
Gêneros Jornalísticos na Sala de Aula: Caminhos Possíveis a Partir de Um Olhar sobre os Cadernos de Orientações Curriculares para o Ensino Médio das Escolas Públicas do Acre ¹

Lucas de Araújo MOURA²
Wagner Costa da SILVA³
Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC

RESUMO

Este trabalho sintetiza os caminhos e os resultados de uma pesquisa que objetivou analisar os conteúdos que abrangem o uso da linguagem jornalística e dos gêneros jornalísticos contidos nas propostas de orientações curriculares dadas para escolas públicas do Ensino Médio da educação pública no Estado do Acre, conceituando o currículo proposto como objeto passível de análise em 13 cadernos de orientações vigentes até o ano de 2018, em diálogo com a concepção de linguagem jornalística em Lage (2006) e com os gêneros jornalísticos categorizados em Melo (2003), autor este que indica entendimentos ideológicos e práticos que envolvem o uso do jornalismo em sala de aula. A análise final aponta convergências nos campos da Comunicação e da Educação a partir das informações triadas e consolida dados que fortalecem a necessidade de maior aplicação de estudos nas áreas.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação e Educação; Linguagem Jornalística; Gêneros Jornalísticos; Educação Pública no Acre.

1 INTRODUÇÃO

Professores e jornalistas fazem parte de um plano convergente através do tempo: o universo simbólico e estrutural das palavras, do uso da comunicação e das formas de observar a época em que existem, e das possíveis formas de retransmiti-las, reinventando, ressignificando ou dando continuidade aos diferentes sistemas, nas realidades que lhes são pertinentes.

A partir de uma imersão nessa convergência é possível olhar que antes de ser estudante de comunicação e até mesmo um profissional na área, existem contatos

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Curso de Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade, da Universidade Federal do Acre, e-mail: lucas@gmx.pt.

³ Orientador do trabalho. Professor Doutor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre, e-mail: wagnercostas@hotmail.com

cotidianos das pessoas com o jornalismo, em diferentes lugares e fases da vida. Igualmente, existe a possibilidade de ver que esses contatos devem ser pesquisados tanto quanto os produtos do jornalismo, como parte de uma compreensão da cadeia de relações em que jornalistas são autores e coautores.

Assim, atentando-se a um ponto comum, viu-se que os textos do jornalismo são muito usados na educação básica, das turmas iniciais do ensino fundamental ao ensino médio, seja na composição de livros didáticos ou como material de apoio no processo de aprendizagem, onde se espera do estudante competências e habilidades de interpretação e produção escrita de gêneros jornalísticos e da sua linguagem, dentro de diversos conteúdos num campo interdisciplinar.

Demonstrar que gêneros jornalísticos e a linguagem jornalística são parte representativa de orientações curriculares, em especial das que servem de parâmetro para a rede estadual de ensino acriana no ensino de 13 disciplinas, bem como saber a que níveis são tais exigências, fez-se um dos motivadores. Nesse contexto, foram analisadas as formas como o Governo do Acre, sob a representação da Secretaria de Estado de Educação e Esporte do Acre (SEE-AC), orienta a aplicação dos conteúdos para as disciplinas do Ensino Médio das escolas públicas de educação básica, dando enfoque àquelas propostas que englobam a linguagem jornalística e os gêneros jornalísticos constantes nos Cadernos de Orientação Curricular da SEE-AC, série do ano de 2010, que agrupa fundamentos para o trabalho pedagógico com as diferentes áreas curriculares, e é destinada aos professores do Ensino Médio das escolas públicas do Acre, até o ano de 2018.

Observar uma das formas de como jornalismo e a educação se relacionam, parece se mostrar como uma configuração para entendimentos ideológicos e de transparecer os interesses por trás dessa simbiose, através de suas origens e possíveis encaminhamentos. Nisto, a pesquisa ancora-se inicialmente em dialogar a partir de apontamentos sobre o que é o currículo proposto, bem como das questões de autonomia e organizacionais na educação e as relações de ensino, vistos em Sacristán (2000) e Veiga (1995). Igualmente, se apresenta a perspectiva de Melo (2006) endossando a necessidade da abordagem do jornalismo, expresso em seus gêneros, nas salas de aulas, resultando em tópicos que vão além do texto escrito.

Em um segundo momento, serão pontuados os assuntos que pertencem mais diretamente à ótica da comunicação social, neste caso a linguagem jornalística e os

gêneros jornalísticos, com o intuito de servir como base comparativa e crítica na análise dos cadernos que serão objeto de estudo. Onde as conceituações das diferentes camadas da linguagem jornalística apresentadas pelo que propõe o autor Lage (2006), juntamente com algumas formas no tocante aos gêneros jornalísticos, serão observados os sistemas classificatórios de Melo (2003), destacando os tipos textuais que são da esfera do jornalismo e, por conseguinte, que são estudados conforme as propostas curriculares.

Uma descrição estrutural e ideológica dos cadernos de orientações curriculares se fez na etapa final, momento em que se pretende mostrar parte dos contextos em que eles estão imersos e foram construídos, para que nisto sejam estruturados dados referentes à forma que se apresentam os conteúdos de interesse desta pesquisa, sendo eles: as linguagens exigidas dos alunos em diferentes disciplinas, os tipos textuais e as sugestões de abordagem de tais temas em sala de aula. Neste momento também aparece a análise comparativa da linguagem jornalística e os gêneros jornalísticos com os dados detectados nos cadernos de orientações curriculares, em suas possíveis formas de aplicação em sala de aula, atendo-se ao fato de não é objetivo das escolas formar alunos de comunicação ou jornalismo, e ao direcionamento de que pode ser possível detectar nesta relação a existência ou não um nível que vai além da relação funcional, ou seja, onde as relações de produção e retroalimentação da educação e do jornalismo podem conectar-se a papéis de mudança social.

Ao longo da graduação no curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Acre (UFAC), nota-se um maior número de direcionamentos dos estudos em Comunicação às aplicações dela no mercado de trabalho mais exclusivo do próprio jornalismo, tais como televisão, jornais impressos, rádio, fotografia, assessorias de comunicação e serviços da internet. Estudar uma possibilidade no campo da Educação, ante tais alternativas, satisfaz um interesse pessoal que, no curso, só se encontra com mais frequência a partir dos estudos de jornalismo literário. Dessa forma, as considerações finais trazem perspectivas que esta pesquisa pode abrir para o meio acadêmico no campo educacional e comunicacional.

2 EDUCAÇÃO E JORNALISMO: CONTEXTOS IMPORTANTES

Estudar as relações entre jornalismo e educação, na singularidade de cada um ou no conjunto a que pertencem na sociedade, conduz à necessidade de olhar os impasses gerados pelos seus processos de criação, recaindo em perguntas elementares: são feitos por quem e para quem?

Para observar essa elementaridade, partiu-se da ideia educacional de que nossa sociedade segue o caminho do que se consolidou ao final do milênio passado como “sociedade do conhecimento” (MORETTO, 2003, p.11). Moretto (2003) afirma igualmente que nela:

(...) Tem poder quem tem o domínio do conhecimento socialmente construído e capaz de gerar tecnologias cada vez mais “inteligentes” e eficientes, capazes de substituir o homem em seu trabalho profissional, geradoras de problemas sociais que redefinem o perfil do novo profissional do início do milênio. (MORETTO, 2003, p.11)

Nesse sentido, o autor discorre sobre a emergência de um papel fundamental da escola que é a ajuda no preparo de “gerentes da informação e não meros acumuladores de dados” (MORETTO, 2003), onde, dentro dessa acepção, o “gerente de informações” é aquele que “sabe equacionar problemas do ponto de vista técnico, social, político e ético, tomando decisões com segurança e pertinência” (MORETTO, 2003, p.11).

As mudanças nas tecnologias e a incorporação de múltiplas atividades para o profissional da área de jornalismo são uma realidade inegável, assim como para qualquer indivíduo imerso em relações de trabalho modernas. Nilson Lage indica, por exemplo, no caso daqueles que trabalham com o texto na internet: “A natureza diversificada de competências exigidas do jornalista atinge aí a máxima pluralidade, até porque ele deverá conhecer bastante da web para selecionar suas ferramentas e acompanhar sua evolução.” (LAGE, 2006, p.79).

É diante da perspectiva em que alunos em formação e profissionais do jornalismo são cada vez mais “gerentes”, não só para si, como uma exigência para todo o sistema a que pertencem, que se retomar a uma tendência vista aqui como cíclica entre educação e jornalismo, ligada a quem produz e para quem ambos são produzidos no Brasil.

Dito isto, a perspectiva apresentada por José Marques de Melo, em *Jornalismo Educativo: o embrião da nova escola*. Melo (2006, p.161) destaca como traço evolutivo

cultural do Brasil um fator preocupante, a “resistência à leitura”, dispendo que isso resulta da marginalização social histórica e das distorções em torno da necessidade de estudo como forma de emancipação social advindas da marginalização escolar, o “analfabetismo crônico”, que inclui os que não aprenderam a ler e os que foram induzidos a não gostar de ler.

Destaca-se assim que a educação atende privilégios das elites e que parte do desinteresse social para com destinos nacionais é motivado pelo modelo político brasileiro. Situação que José Marques de Melo relaciona com o hábito da leitura de jornais da seguinte forma:

Quem lê jornal o faz basicamente por razões instrumental e só residualmente por diletantismo. Se a vida política nacional não comporta a presença ativa dos seus cidadãos, quando nada para escolher os mandatários do poder executivo, então o acesso à informação pública torna-se desinteressante, desnecessário até. Daí a retração do público letrado aos veículos de jornalismo impresso. (MELO, 2006, p.164)

O autor reforça nisto a questão das relações de “ciclo vicioso”, relevante para a forma como se observa jornalismo e da educação nesta pesquisa. Para Melo (2006), “a escola não prepara as novas gerações para o exercício da cidadania e concomitantemente desestimula a leitura como prática social criativa” (MELO, 2006, p.164). Ele convalida que a problemática sociocultural não se limita somente à questão do desestímulo à leitura ao dizer que “o problema não termina aí. Ele se converte em círculo vicioso, na medida em que a escola reproduz integralmente a macroestrutura social.” (MELO, 2006, p.164).

Ainda no que tange essa reprodução macroestrutural, Melo (2006) destacada que ela acontece “não apenas por meio do conteúdo disseminado pelo discurso pedagógico (que introjeta a ideologia dos donos do poder, induzindo à apatia política e reforçando conformismo social)”, situando que ela perpassa pelo modo como a escola se organiza: “se faz pela própria organização da escola (que impõe relações hierárquicas de dominação e subordinação).” (MELO, 2006, p.164).

Desse modo, mantendo em vista a ligação entre quem produz e para quem a educação e jornalismo no Brasil são feitos, percebe-se também que o jornalismo mostra suas faces nessa questão da reprodução da macroestrutura social, do interesse das elites e no modo como se organiza.

Posicionada a observação de que jornalismo e educação no Brasil tendem a servir um propósito intrínseco às formas de dominação política das camadas superiores, parte-se aqui da necessidade da leitura crítica da linguagem jornalística, trabalhada em sala de aula em diferentes gêneros, como forma de gerar mudanças no âmbito da vida dos leitores.

José Marques de Melo (2006, p.165) dá um indicativo importante no que se refere à leitura crítica quando reconhece a presença do jornal nas escolas e suas tendências de uso como material pedagógico. No entanto, para o autor, o mero uso como ferramenta e as situações avaliativas em torno dela, dá à linguagem jornalística (na figura do jornal) uma aparição limitada, onde se equipara o uso do jornal com o que ocorre com o uso de livros, de modo “estático, mera fonte de informação, sem acarretar desdobramentos culturais”.

Nisto, essas situações favorecem o ambiente de rejeição à leitura, e “da mesma maneira, usos semelhantes do jornal provocam mecanismos que distanciam posteriormente os educandos dos canais de comunicação impressa” (MELO, 2006, p.165).

Ao passo que se pede um repensar aos educadores sobre tais experiências, são apresentadas para contornar tal situação alternativas de uso da imprensa pelos professores, visando um aprendizado motivador, onde são indicadas como “uma dimensão funcional, espontânea e em certo sentido lúdica” (MELO, 2006, p.166):

É imprescindível uma ação coordenada entre os professores que farão uso da imprensa, precedendo as tarefas de pesquisa alfabética, vocabular ou temática de uma explicitação sobre o significado social do jornal. Em suma, é preciso que o educando tenha consciência de que o seu contato com o jornal representa uma mediação com a própria realidade social. Ele não vai trabalhar apenas com letras, papel, cores, mas com fatos, ideias, relatos. (MELO, 2006, p.166)

Assim, este repensar motivador sugerido, quando dissociado das buscas das recompensas avaliativas, “evitará a fragmentação das tarefas que empregam a riqueza do manancial jornalístico, conduzindo o aluno a identificar no jornal um intérprete da ação social cotidiana, e, portanto, algo útil e indispensável à participação ativa na sociedade” (MELO, 2006, p.166).

Junto a isto, sabendo que a verdade dos jornais é relativa, “porque permeia pela ideologia ou pelos interesses específicos dos seus proprietários”, “é preciso oferecer aos

novos leitores instrumentos eficazes para torna-los leitores críticos” (MELO, 2006, p.166), momento que se pede também uma observação mais profunda sobre a “natureza política do jornal, de modo a levar o educando a compreender que não existem jornais neutros, nem tampouco informações puras” (MELO, 2006, p.166).

O atrativo para os alunos deve ser feito, neste caso, a partir das comparações entre as diferentes versões de um fato noticiado por diferentes meios de comunicação, o que para MELO (2006, p.167) atrai automaticamente o educando pelo desejo de fazer confrontações. As diferentes narrativas e as diversas possibilidades de interpretação contidas em outros gêneros (como os opinativos) dão um início nos aspectos de “capacitação crítica dos novos leitores”, “atitudes favoráveis ao exercício da cidadania”.

Nesse contexto, José Marques de Melo (2006) apresenta o jornal escolar como recurso alternativo e ferramenta para a abertura de espaço efetivo para liberdade do aluno dentro da escola, colocando o educando como aquele que é responsável pela concepção e os rumos do jornal de modo cooperativo, destacando-se que não se trata de uma imitação da grande imprensa, enfatizada sempre a necessidade de que instituição atue somente como apoiadora, no sentido de orientação operacional. Ainda para o autor, este tipo de possibilidade escolar somente implica no exercício útil da cidadania quando percorrer dupla significação, a primeira quando possibilita “a aprendizagem das estruturas da língua, no sentido de possibilitar ao educando a comunicação de fatos, ideias, opiniões” e a segunda quando se tem a “percepção da realidade que o cerca, estimulando-o a nela intervir para a sua transformação” (MELO, 2006, p.169).

A leitura crítica advinda dessa forma de observar a linguagem jornalística, por preparar o leitor crítico, implica na possibilidade do que Melo (2006) chama de “aprendizado prático da participação social e política” (MELO, 2006, p.171), que por sua vez incide na criação de caminhos para a superação de estados de conformismo e apatia social já contextualizados anteriormente, pondo assim a escola como espaço decisivo na interferência nesse processo motivacional.

Assim, para observar o contexto das *orientações curriculares* é preciso perceber as dimensões e ter uma conceituação do currículo, entendendo que ele não existe sozinho, bem como se faz necessário abranger quais são os sujeitos envolvidos e interações a que eles são submetidos. Entende-se, para tanto, que as escolas públicas executam um projeto político-pedagógico, e que o currículo faz parte da composição dele:

O projeto político-pedagógico é entendido, neste estudo, como a própria organização do trabalho pedagógico da escola. A construção do projeto político-pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. A escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico. (VEIGA, 1998, p.22)

Ainda para a autora, na constituição do projeto político-pedagógico, “pelo menos sete elementos básicos podem ser apontados: as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho, a avaliação.” (VEIGA, 1988, p.22).

Destes elementos é válido observar que todos possuem autonomia relativa, estando sempre de forma elementar ligados às restrições e metas estabelecidas pelo Estado, sejam nas legislações em diversas esferas, nas formas de conceber qualificações ou promoções profissionais, na limitação de equipamentos e infraestrutura básica, na configuração mínima de tempo e funcionamento das escolas, na hierarquização dos profissionais e as formas como devem ser estabelecidas suas relações de trabalho.

Embora cada um dos sete componentes citados tenha outras importantes particularidades, interessa particularmente a conceituação do currículo:

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão de conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escola, ou seja o currículo propriamente dito. Neste sentido, o currículo refere-se à organização do conhecimento escolar. (VEIGA, 1998, p.26)

Veiga (1998) considera ainda que o currículo não é um instrumento neutro e nem pode ser separado do contexto social, para ela, é um meio que passa ideologia. A autora dá ênfase à necessidade de que a escola seja agente identificador e que “desvela os componentes ideológicos do conhecimento escola que a classe dominante utiliza para a manutenção de privilégios” (VEIGA, 1998, p.27).

Ao ver o currículo como parte de um sistema dinâmico e amplo, manteve-se em vista o que Sacristán (2000) apresenta: “Os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam fins da educação no ensino escolarizado.” (SACRISTÁN,

2000, p.17). Nisto, este trabalho ligou-se à objetivação de que não existem conclusões efetivas por uma via de recorte mais técnico-quantitativa da temática. Dessa forma, não se pretende simplificar o que é o currículo, vez que se percebe outras determinações “não estritamente escolares” (SACRISTÁN, 2000, p.22), como a conexão com as temáticas do jornalismo, assim propondo que a partir de uma filtragem de itens expressos é possível destacar conexões culturais e dos sujeitos, circundando no discurso, ainda que reduzido, os subsistemas que fazem parte da conjectura:

Uma visão tecnicista, ou que apenas pretenda simplificar o currículo, nunca poderá explicar a realidade dos fenômenos curriculares e dificilmente pode contribuir para mudá-los, porque ignora que o valor real do mesmo depende dos contextos no quais se desenvolve ganha significado. Trata-se de um fenômeno escolar que expressa determinações não estritamente escolares, algo que se situa entre as experiências pessoais e culturais dos sujeitos, por um lado, prévias e paralelas às escolares, realizando-se num campo escolar, mas sobre o qual incidem, por outro lado, subsistemas exteriores muito importantes que obedecem a determinações variadas. (SACRISTÁN, 2000, p.22)

Diante dessas contextualizações sobre o currículo, o meio que ele está inserido e o direcionamento metodológico da pesquisa, se observa que há claramente uma distinção entre o que é proposto e aquilo que o professor por fim trabalhará em sala de aula.

Faz-se aqui um apontamento: é no sentido da indicação da diferença entre o que é proposto e o que finda por ser realmente transmitido, ressignificado ou concretizado em sala de aula que entra um dos marcadores de interesse desta pesquisa. Esta análise sai de encontro ao currículo proposto, dada a extensão dos conteúdos dos cadernos de orientação curricular analisados, ao passo que sua fundamentação teórica reconhece a necessidade contínua de um enfoque no currículo efetivo, como quando Torres (1996) refere-se ao currículo real: “É este último o que verdadeiramente importa, o que permite julgar a qualidade e a eficiência da educação, e pelo qual se mede a efetividade ou não de uma reforma educativa.” (TORRES, 1996, p.42).

Outro entendimento a ser considerado é de que “o currículo acaba em práticas pedagógicas”, findando por ser “condensação ou expressão da função social e cultural da instituição escolar”. (SACRISTÁN, 2000, p.28). Por ser entendido como um ponto que aglomera “práticas multicontextuais” (SACRISTÁN, 2000, p.28), o currículo mostra-se como porta de entrada para a exploração de conteúdos que se fará posteriormente junto à área do jornalismo.

Indicadas as relações que interessam este trabalho no âmbito da educação e do jornalismo, se caminha a seguir para definir a linguagem jornalística e os gêneros jornalísticos, de modo a facilitar e justificar a detecção de suas presenças e possíveis manifestações na série de Cadernos de Orientação Curricular.

3 LINGUAGEM JORNALÍSTICA E GÊNEROS JORNALÍSTICOS

A conceituação de “linguagem jornalística” e a aplicação entendida aqui, com aporte em Nilson Lage (2006), se fez a partir da percepção de que o termo “linguagem” transcende o conceito de língua materna, sendo melhor contemplado pela semiótica do que a linguística, pelo fato de que a primeira explica melhor os sistemas simbólicos e as camadas que compõem e fazem-se pela linguagem jornalística. o autor recorre ao detalhamento de camadas de significação, concentradas em três partes: projeto gráfico, sistemas analógicos e o sistema linguístico. Sendo que estes sistemas foram triados no material analisado.

O projeto gráfico trata do “sistema simbólico composto de manchas, traços, ilustrações e letras”, liga-se à estética de como a informação é apresentado graficamente, “Ele deve ser capaz de preservar a individualidade do veículo; fazê-lo reconhecido pelo consumidor mesmo quando este não lê o título”; Guarda relação com a realidade social, tanto que, em dada sociedade, podemos presumir a que grupo de leitores se destina. (LAGE, 2006, p.12). Os sistemas analógicos são representados pelas “fotografias, ilustrações, charges, *cartoons*, imagens em infográficos. Fixam e comentam momentos e por isso são unidades semânticas autônomas de grande valor referencial” (LAGE, 2006, p.12), que têm sua ambiguidade conceitual reduzidas pelas legendas, títulos e balões. “As manchetes, títulos, textos, legendas representam o componente digital da comunicação jornalística” (LAGE, 2006, p.12), onde o autor ainda propõe que “o texto impresso só ganha sentido quando lido, isto é, quando o leitor o traduz em signos e sons”.

Quanto aos gêneros jornalísticos, partiu-se do sistema de categorização de Melo (2003), construído tendo como referencial o sistema de Beltrão. O quadro abaixo apresenta a classificação de Melo (2003), adotada para observar os cadernos de propostas curriculares:

Quadro 1: Classificação de gêneros jornalísticos brasileiros

| Jornalismo Informativo | Jornalismo Opinativo | |
|------------------------|----------------------|---------------|
| 1. Nota | 5. Editorial | 6. Comentário |
| 2. Notícia | 7. Artigo | 8. Resenha |
| 3. Reportagem | 9. Coluna | 10. Crônica |
| 4. Entrevista | 11. Caricatura | 12. Carta |

Fonte: autoria própria (2018)

Nesta classificação, para o gênero informativo, Melo (2003, p.65) distingue nota, notícia e a reportagem pela “progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e a acessibilidade de que goza o público. No agrupamento de gêneros opinativos Melo (2003) indica que eles se assemelham pela forma como narram valores nos acontecimentos, entretanto, devido à autoria e ângulo que abordam os fatos, assumem identidades diferentes.

A partir desses gêneros jornalísticos estabelecidos como parâmetro e do que se abalizou por linguagem jornalística foi possível identificar os processos construtivos dentro das orientações curriculares.

4 ANÁLISE E DADOS COLETADOS

Os cadernos de orientações curriculares da SEE para o Ensino Médio constituem-se como material de apoio às equipes de gestão escolar na consolidação do currículo, reúnem fundamentos para o trabalho pedagógico para 13 disciplinas, sendo destinado aos gestores escolares professores do Ensino Médio de todas as escolas públicas do Acre, datando do ano de 2010, e ainda vigentes até o ano de 2018.

A série Cadernos de Orientação Curricular apresenta-se como “flexível”, indicando valores esperados em cada ano de escolaridade, respeitando a progressão e o alcance das metas de anos anteriores. Deixando de maneira aberta o entendimento de que os desafios neles contidos são decorrentes de uma análise situacional da época a que foram propostos, assim como retratam uma concepção específica sobre a função do professor no âmbito da educação na escola.

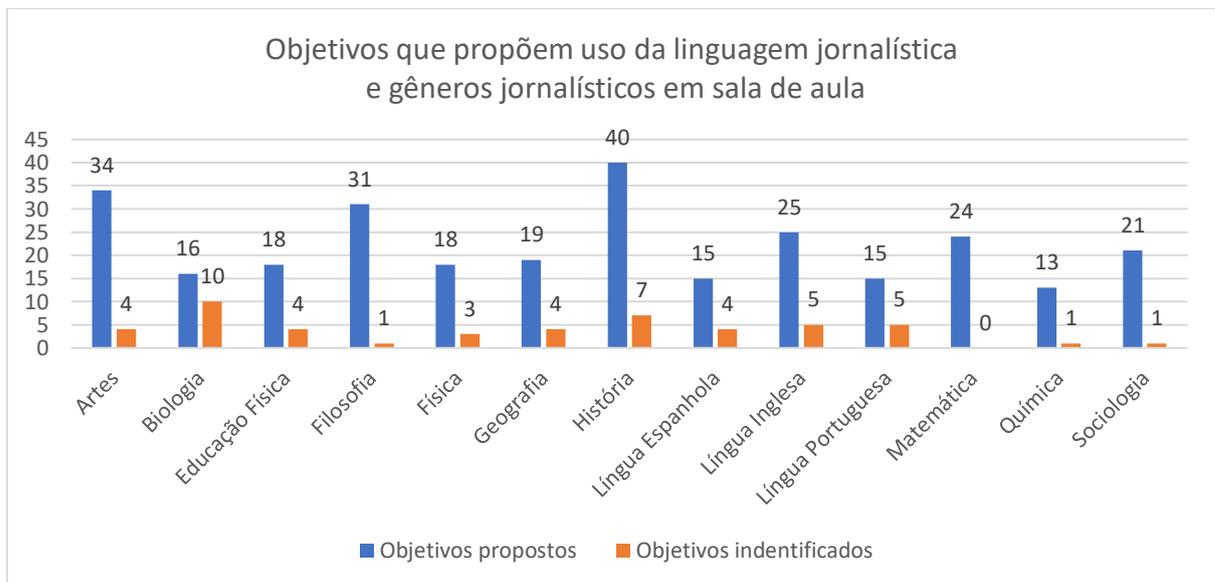
Como aspectos introdutórios, em todos os cadernos, são apresentadas as referências curriculares de modo padronizado, isto é, embora variem o componente curricular (disciplina) e suas particularidades de conteúdo para todos há um padrão de exposição, sendo eles: breves considerações sobre o ensino de cada disciplina,

orientações metodológicas para cada área, a relação das disciplinas com outras áreas curriculares, os objetivos de ensino e por fim, parte que mais interessa nesta pesquisa, os quadros dispoendo referenciais curriculares com objetivos, conteúdos, propostas de atividade e formas de avaliação.

Foram triados dos cadernos de proposta curricular os objetivos que pedem abertamente o uso da linguagem jornalística e gêneros jornalísticos, seja pelo conteúdo, seja a partir das atividades propostas ou modo de avaliação sugerido, excluindo-se aqueles que não fazem menção direta, apesar de ser possível considerar a interdisciplinaridade organizada em cada escola ou trabalhada por um docente específico.

Tratando-se de objetivos e excluídas as repetições identificadas, é válido observar que de um total de 289, foi possível restringir a seleção a estes que se encontram enumerados na pesquisa, que totalizam 49 objetivos propostos e vinculados diretamente ao uso do jornalismo (17%), totais dispostos no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – Objetivos que propõem uso da linguagem e gênero jornalísticos em sala de aula



Fonte: autoria própria (2018)

Dessa disposição gráfica deve-se avaliar ainda que há uma participação relevante dos gêneros e do uso da linguagem jornalística no que é proposto para professores, mesmo quando se observa a particularidade de cada disciplina e se conjetura sobre as realidades que não são palpáveis aos profissionais de educação para uma correlação mais direta, como é, por exemplo, a questão do planejamento gráfico, seus números e objetivações

que podem ser exploradas em diversos níveis de significação por professores da Matemática e das Artes, ou ainda, nas totais possibilidades interdisciplinares que a Filosofia e Sociologia promovem.

Mesmo ante todas as alternativas, somente para a disciplina de Geografia que se manifestou uma proposição elementar e restritiva em torno da criação de um jornal escolar: diante do objetivo de “identificar formas de produção do espaço amazônico e as ações práticas de participação e intervenção voltadas à conservação ambiental”, e dos conteúdos que valorizam saberes das comunidades tradicionais, suas práticas e os conflitos por recursos nos espaços que habitam. Uma das proposições de atividade é “Organização de um jornal de divulgação sobre o conceito de certificação da floresta” (SEE, 2010, p.33).

Estes objetivos, em sua grande maioria, buscam nas manifestações das mídias um reflexo da sociedade, ao passo que dizem aos interlocutores que estes reflexos podem ser uma visão distorcida, que há ruídos, ou simplesmente “outra realidade”, que podem ser contrapostos, discutidos e/ou ajuizados valores para aplicação, (re)construção ou comparação de técnicas e seus possíveis desdobramentos no âmbito social. Eles são relativamente motivadores e capacitam indivíduos a “desvelar as visões simplificadas de sociedade” (VEIGA, 1995, p.29). Não se mostram meramente funcionais, pois fogem do percalço de se isolar a partir das perspectivas de interdisciplinaridade, que pode ser ainda construída numa realidade pós-proposta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao que demonstra, transfere-se uma responsabilidade descomunal para os professores e desproporcional às realidades sociais e de infraestrutura do país: seja pelo acesso aos diferentes meios de comunicação, pela impossibilidade de possuir laboratórios e equipamentos em sala de aula que permitam um contato mais direto com o jornalismo e os meios de comunicação em que ele se manifesta, ou pela inviabilidade curricular de agrupar e trabalhar interdisciplinarmente objetivos que requerem observação do jornalismo.

A única ocorrência de sugestão de um jornal escolar, na disciplina de Geografia, traz uma preocupação passível de ser estudada: trata-se de uma omissão do Estado como forma de controle comunicacional e da emancipação individual, ao limitar oportunidades de leitura e atuação crítica, ou seria algo inerente à falta de capacitação e contato maior

dos profissionais de educação com os de comunicação, em especial do jornalismo, ou ainda, uma soma de ambos fatores?

Fica marcado nesta pesquisa que o volume de 17% dos objetivos dentro das propostas curriculares, manifestado além dos estudos da língua materna e multifacetados em áreas de conhecimentos clássicas e modernas, é significativo para atuação em pesquisa educacional e comunicacional, além representativo culturalmente, vez que currículo e jornalismo refletem abertamente os pontos de equilíbrio e desequilíbrio dos interesses sociais de uma época. Desse montante, deve-se ter em vista sua flexibilidade e expansibilidade no que se refere agregar ainda mais os gêneros jornalísticos e a linguagem jornalística.

Notou-se que as restrições à emancipação dos indivíduos ficam assim atreladas a fatores externos às propostas, de ordem social, política e econômica, seja na individualidade ou coletividade, e até mesmo no aparato físico da escola. Elas são melhor visualizadas quando se instala um olhar sob as relações dos personagens, embora seja entendido aqui nesta pesquisa que também é preciso desdobrar-se na crítica “aos documentos” pelo qual se faz a atuação estatal e se instrumentaliza contraditoriamente a sociedade, num processo de retroalimentação.

É no sentido da procura por conexão e participação que esta análise se vê como um aporte para outras perspectivas, tais como a possibilidade de investigar unilateralmente uma disciplina e o uso do jornalismo na linha do currículo efetivo, ou ainda, como base para mediar propostas que impliquem na participação mais a fim pelo engendramento do jornalismo nas escolas, dadas a carência interdisciplinar e a falta de novas propostas que podem ser subsidiadas pelo que se caracterizou aqui da linguagem jornalística ou emancipação dos alunos pela gerência orientada de meios de comunicação.

Reconhece-se, com pesar, o tempo entre o lançamento das propostas da série de cadernos e o momento em que ela veio aqui ser investigada. Igualmente, não se pode deixar de expor que a Educação Básica no país passa por momentos de reformulação: é abocanhada por questões conservadoras e aplaudida pelo elitismo nos meios de comunicação a que se critica por décadas. Face a isto, esta pesquisa manifesta-se pela construção de um caminho para que se integre mais o ensino de jornalismo e suas técnicas ao ensino básico, mediante extensão do conhecimento acadêmico, elucidando no que for possível e auxiliando contra as austeridades a que vivenciamos, por meio das reflexões que possibilita.

Faz-se necessário adentrar nas salas de aulas observando e auxiliando o nível de criticidade dos profissionais de educação, como forma de autoavaliação pertinente válida para as práticas comunicacionais jornalísticas, bem como é importante ter em vista se estes possuem ou recebem capacitação contínua e complementar quanto à esta visão do jornalismo em sala de aula, indo além do conhecimento empírico sobre o jornalismo.

As formas de ver o jornalismo nos contextos atuais, assim como no passado, percorrem lado a lado das formas que se aprende a contestá-lo, e dependem do modo que a própria sociedade espera e se dispõe a introjetar nela as mudanças necessárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE. Secretaria de Estado de Educação e Esporte. **Série Cadernos de Orientação Curricular: Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Rio Branco: SEE-AC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2000.

LAGE, N. **Linguagem jornalística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. UFSC-Insular, 2001.

MELO, J. M de. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MELO, J. M de. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MORETTO, V. P. **Construtivismo: a produção do conhecimento em aula**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

SACRISTÁN, J. G. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TORRES, R. M. **Educação e Imprensa: o educativo como desafio jornalístico**. São Paulo: Cortez, 1996.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)